

Mário Maestri\*  
Helen Ortiz\*\*

POR MAIS TERRAS QUE EU PERCORRA...

**Resumo:** O presente estudo enfoca a trajetória do sargento Manoel Raimundo Soares como militante político e homem idealista. Tido como um dos principais fundadores do “Movimento dos Argentos”, ocorrido em maio de 1963, foi perseguido e executado no ano de 1966, em Porto Alegre pelo regime militar instaurado no Brasil em 1964, cujo “processo criminal ajuizado foi arquivado por caducidade, sem que a mulher tivesse recebido o pagamento da pensão vitalícia e indenização por dano moral”.

**Abstract:** This study focus on the trajectory of the sergeant Manoel Raimundo Soares as a militant politician and idealistic man, considered to be one of the main founders of the “Argentos Movement”, that occurred in May 1963. He was persecuted and executed in 1966, in Porto Alegre by the military system established in Brazil in 1964, and the “judicious criminal process was concluded due to expiration of the date, and the wife did not receive the life pension payment and indemnification for moral damage”.

**Palavras-chave:** “Movimento dos Sargentos”, Trajetória de vida, Golpe de Estado

**Keywords:** “Sergeant Movement”, Life Trajectory, Coup d’état.

Fundada há quase quatrocentos anos na boca do Amazonas, a cidade de Belém domina o norte brasileiro. Hoje, sua região metropolitana supera os dois milhões de habitantes, vivendo em condições que lembram as que ensejaram, há mais de 160 anos, a luminar revolta social cabana. Em fins dos anos 1930, Belém mantinha seu perfil colonial, com seus suntuosos casarões e as mangueiras que, ao longo das ruas centrais, esforçavam-se para amainar o calor equatorial opressivo. Na época, possuiria pouco mais de cem mil moradores, em geral de pele morena, herdada dos antigos senhores dessas regiões.

Em 15 de março de 1936, Etelvina Soares dos Santos pariu Manoel Raimundo, possivelmente em sua residência humilde. Como tantas outras mulheres paraenses fortes, criou o menino e seus dois irmãos, desejando-lhes um futuro melhor como trabalhadores dignos. Manoel Raimundo mostrou-se muito logo menino e jovem inteligente e de fibra. Após concluir o

---

\* Mário Maestri, 59, é professor do Programa de Curso e do Pós-Graduação em História da UPF [[maestri@via-rs.net](mailto:maestri@via-rs.net)].

\*\* Helen Ortiz, 31, é mestre em História pelo PPGH da UPF [[helen.ortiz@bol.com.br](mailto:helen.ortiz@bol.com.br)].

primário no Grupo Escolar Paulino de Brito, cursou estudos técnicos no Instituto Lauro Sodré, enquanto trabalhava em oficina mecânica.

Em 1953, com apenas 17 anos, Manoel Raimundo abandonou a pacata Belém para morar com conhecidos na capital federal, então grande palco dos fortes confrontos políticos e sociais que dilaceravam o Brasil. Por se envolver neles, mais e mais, com a galhardia dos velhos guerreiros cabanos, o menino de dona Etelvina conheceria a morte, na luta por seus ideais, aos trinta anos, distante de sua terra natal, nas águas geladas do rio-estuário da capital do Brasil meridional.

### **A Crise do Nacional-Desenvolvimentismo**

Em 1950, três anos antes de Manoel Raimundo chegar ao Rio de Janeiro, o rio-grandense Getúlio Vargas elegera-se presidente da República, com 48,7% dos votos, pelo PSD, PTB e PSB, propondo continuar a industrialização nacional autônoma, apoiada no mercado interno. Durante a campanha eleitoral, atacara a "velha democracia liberal e capitalista" e defendera o industrialismo e os direitos trabalhistas. Seu governo seria varado por graves conflitos e contradições.<sup>1</sup>

A valorização do cruzeiro e a desvalorização do preço das matérias-primas no mercado internacional deprimiam o valor das exportações, exigindo o controle governamental das remessas de lucros e de dividendos, necessário à compra de tecnologia, de equipamentos, de petróleo, etc. Como no Estado Novo, o getulismo expressava, sobretudo, a burguesia industrial e os proprietários agro-pastoris voltados para o mercado interno, e, secundariamente, o operariado fabril, mantido na subordinação.

O governo Vargas iniciou-se com orientação nacional-desenvolvimentista moderada, oferecendo abertura aos capitalistas estrangeiros, desde que associados aos nacionais e respeitosos dos interesses do país. Então, o Brasil tinha 52 milhões de habitantes. As classes industriais, médias e operárias haviam-se fortalecido fortemente em relação ao Estado Novo, enquanto decrescia o poder dos exportadores, organizados sobretudo na UDN, que expressava igualmente o imperialismo e o capital financeiro.

### **Nova Relação de Forças**

---

<sup>1</sup> Cf. FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. pp. 156 *et seq.*

O novo governo Vargas ampliou a intervenção do Estado na economia que levava, no Estado Novo, à criação da Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco. Foram fundados os bancos da Amazônia e do Nordeste; o BNDE e a Eletrobrás. Em 1951, ditou-se o monopólio estatal sobre o petróleo e minerais radioativos. Em 1953, a fundação da Petrobrás galvanizou os sentimentos nacionalistas da população e, a seguir, restringiu a hemorrhagia das contas públicas com as importações do petróleo.<sup>2</sup>

A estreiteza do mercado interno e da poupança nacional emperrava o nacional-desenvolvimentismo. O mercado urbano era limitado e o rural, menor. Os salários fabris aproximavam-se ao mínimo necessário à subsistência. O prosseguimento do padrão nacional-desenvolvimentista exigia maiores investimentos e maior consumo, através do fim do latifúndio, sem indenização; da generalização das leis trabalhistas; da elevação dos salários; de maior participação estatal na economia, etc.<sup>3</sup>

Essas medidas democrático-burguesas não interessavam sequer aos industrialistas ligados ao governo, pois fortaleceriam o mundo do trabalho e quebrariam o pacto agrário-industrial, que assegurava a manutenção do latifúndio. Em agosto de 1954, o suicídio de Vargas assinalou o fim da capacidade e disposição do capital industrial nacional de garantir ao país desenvolvimento autônomo. Nesse momento, ele já abandonara maciçamente a política populista, de aliança-subordinação dos trabalhadores industriais urbanos.

## **Rápida Progressão**

Em 1955, meses após a comoção nacional causada pelo suicídio de Getúlio Vargas, Manoel Raimundo Soares, com 19 anos, alistou-se no Exército, alcançando o posto de segundo sargento, após quatro promoções. Em 20 de setembro do mesmo ano, após namoro de apenas três meses, casou-se com a jovem Elisabeth Chalupp, mineira de origem humilde, criada por família estranha, trabalhando no Rio de Janeiro como operária industrial. Manoel Raimundo gostava de chamar a esposa de Betinha e Beta.<sup>4</sup>

Falta-nos ainda informação mais precisa sobre a precoce e destacada participação do jovem sargento paraense nos conflitos vividos pela sociedade e, junto com ela, pelas Forças Armadas, nesses anos em que o país foi fortemente tensionado por sucessivas iniciativas

---

<sup>2</sup> Cf. FONSECA, Pedro C. D. *Vargas: o capitalismo em construção. 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989; BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, pp. 231 *et seq.*

<sup>3</sup> Cf. BANDEIRA, Moniz. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente. 1950-1988*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

<sup>4</sup> Cf. Entrevista de Elizabeth Chalupp, pela jornalista Tânia Faillace, Zero Hora, Porto Alegre, 2.09.1966.

golpistas conservadoras, com destaque para a tentativa de deposição de Goulart, em 1961. Ensaio golpista derrotado que transformou o jovem governador sulino Leonel Brizola no principal líder nacionalista e grande referência para o movimento dos suboficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica.<sup>5</sup>

Desde o governo de Juscelino Kubitschek [1956-1961], Manoel Raimundo começou a despontar como militante de vanguarda da luta pela organização sindical e política dos suboficiais do Exército. Araken Vaz Galvão assinala que, por voltas de 1958, ele vivia em Osvaldo Cruz, no Rio de Janeiro, e servia, como escrevente, no Batalhão Escola de Saúde, em Magalhães Bastos. Nesse então, Manoel Raimundo exercia o que Araken definiu como “liderança suave, relacionada com os problemas” dos sargentos discutidos no Clube da classe, transformando-se, logo, em um dos “principais fundadores” do “Movimento dos Sargentos”, assim batizado por ele.<sup>6</sup> Além de outras reivindicações sindicais e democráticas, os suboficiais do Exército mobilizavam-se pelo direito de progressão ao oficialato; pelo direito de casamento civil, sem autorização do Exército; pela estabilidade após cinco anos de serviço; pela elegibilidade ao parlamento dos suboficiais.<sup>78</sup>

Por sua cultura, inteligência e decisão, Manoel Raimundo era referência entre seus companheiros de farda. O ex-subtenente pára-quedista do Exército Jelsi Rodrigues descreve-o como homem de estatura baixa e corpo franzino, “cabeçudo”, de “bigodinho”, de pele levemente morena, habitual do paraense, muito culto e sobremaneira corajoso. O ex-sargento Araken Galvão, seu companheiro e particular amigo, lembra que era um “grande orador” e “neurótico por cultura”, tendo procurado intelectuais como o sociólogo Vinícius Caldeira Brant, o filósofo Álvaro Vieira Pinto, entre outros, para ampliar os horizontes do movimento dos sargentos. Antes mesmo do golpe, Manoel Raimundo interessava-se pela literatura marxista, lendo e divulgando Marx, Engels, Lênin.<sup>9</sup>

---

<sup>5</sup> Cf. MARKUN, Paulo & HAMILTON, DUDA. *1961: que as armas não falem*. São Paulo: SENAC, 2001.

<sup>6</sup> Depoimento aos autores do ex-sargento Araken Vaz Galvão, através de e-mail, em 6 de maio de 2008; “Retrato de um sargento”, capítulo do livro inédito “O Sargento na História do Brasil”, de Araken Vaz Galvão, gentilmente cedido pelo autor.

<sup>7</sup> Depoimento aos autores do ex-tenente José Wilson da Silva, realizada por telefone, em 4.05.2008; cf. COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 68 *et seq.*

<sup>8</sup> Cf. COSTA, José Caldas da. *Caparaó [...]*. Ob.cit. p. 26 *et seq.*

<sup>9</sup> Id.ib. , pp. 26 e 67.

## **Na Ante-Sala do Golpe**

No mínimo desde 1963, Manoel Raimundo preocupava-se com a necessidade de organizar resistência ao golpe militar, que se aproximava, tendo procurado preparar as condições para resistência, na Serra do Mar, nas proximidades do Rio de Janeiro, possivelmente inspirado na experiência cubana. O que lhe ensejou inquérito no Exército, por desvio de armas e cooptação de sargentos.<sup>10</sup>

Devido à manifestação de sargentos do Exército, em 11 de maio de 1963, no Sindicato dos Comerciários, no centro do Rio de Janeiro, Manoel Raimundo sofreu pena disciplinar e foi transferido, do Rio de Janeiro para Campo Grande, no Mato Grosso, o mesmo ocorrendo com seus companheiros, promotores da reunião, do Comando Geral dos Sargentos, enviados para o mesmo estado e para outras destinações.<sup>11</sup>

Do manifesto de posições muito duras lido quando da manifestação, fazia parte frase de autoria de Manoel Raimundo que dizia: “O martelar das oficinas, o ribombar dos tambores confundir-se-ão com o choro das crianças famintas. O instrumento de trabalho dos sargentos é o fuzil.”<sup>12</sup> A repressão afastou da capital da República grande parte do núcleo central do Comando Geral dos Sargentos.

## **O Golpe de Estado de 1964**

Em 1964, as burguesias industrial e financeira nacionais romperam com o projeto nacional-desenvolvimentista autônomo, para impor padrão de acumulação de capitais através de maior integração ao capital mundial; super-exploração do trabalho; orientação do consumo aos segmentos ricos nacionais e ao comércio mundial, etc. O golpe iniciou em Minas Gerais, em 31 de março, chefiado por militar ex-integralista, com o apoio dos USA, que preparou intervenção no Brasil, caso houvesse resistência – Operação Brother Sam.

Em Porto Alegre, Leonel Brizola tentou reviver a Legalidade, apoiado pelo comandante do III Exército, pela Brigada, pelos sub-oficiais do Exército e da Aeronáutica, por populares. Em 2 de abril, já na capital sulina, João Goulart negou-se a chefiar a resistência, permitindo que o golpismo se instalasse praticamente sem oposição. João Goulart viajou para uma sua estância em São Borja e, dali, para o Uruguai. O PCB, única organização de esquerda com força sindical e

---

<sup>10</sup> Id.ib., pp. 68.

<sup>11</sup> Id.ib., pp. 68 e 72

<sup>12</sup> Id.ib., 76,

popular, subordinara a oposição ao golpismo à direção de Goulart e a esquema militar organizado em torno de altos membros das forças golpistas.<sup>13</sup>

Políticos e historiadores defenderam e defendem a negativa de João Goulart de opor-se ao golpe como ato que impediu “derramamento de sangue” no Brasil, tese proposta pelo próprio ex-presidente.<sup>14</sup> A imposição da ditadura sem resistência ensejou a maior derrota histórica que o mundo do trabalho e da democracia jamais viveu no Brasil, com gravíssimas conseqüências para o país, para a América Latina e para o mundo, que se mantém até hoje.

## **Golpismo em Marcha**

Após o golpe e o “Ato Institucional” n.º 1, de 9 de abril, ao qual seguiriam outros, a alta oficialidade militar interveio nas associações sindicais e profissionais, no legislativo, no executivo e no judiciário; expurgaram, prenderam, torturaram, etc. opositores, que abandonaram comumente o país, quando puderam, sobretudo pelo Uruguai, onde se encontravam João Goulart e Leonel Brizola, com as relações políticas e pessoais cortadas.

O golpe militar, apoiado pelas classes proprietárias do Brasil, objetivava relançar o padrão de acumulação de capital, a partir de bases distintas das nacional-desenvolvimentistas, que exigiam, como visto, reformas estruturais não aceitas mesmo pelo capital industrial nacional. A ditadura militar expressava também a necessidade dos capitais externos, sobretudo estadunidenses, de intervenção mais direta no país, onde haviam conquistado maiores posições.

Sob a direção do general Castelo Branco, expressão do capital financeiro e imperialista, o governo implementou política liberal e recessiva, que estendeu a seguir o descontentamento até mesmo a setores que haviam apoiado o golpe, com destaque para as classes médias, ensejando a primeira tentativa de reunificação de oposição anti-ditatorial política superestrutural, a fracassada Frente Ampla, de 1966, promovida sobretudo por Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

---

<sup>13</sup> Cf. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 1961-1964*. 7 ed. rev. e ampl. Brasília: EdiUnB; Rio de Janeiro, Revan, 2001.

<sup>14</sup> Cf. VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. 3 ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981, p. 32.

## **A Sub-Oficialidade Nacionalista**

A frustração ensejada pela derrota sem resistência e o crescente descontentamento popular levaram a que sub-oficiais nacionalistas de esquerda das forças armadas, sobretudo do Exército e da Marinha, presos e reformados em grande número, tenham sido setor social que se disponibilizou prontamente para a luta anti-ditatorial direta, no contexto prático e político próprio ao mundo castrense, organizando-se em torno de Leonel Brizola, que seguia no Uruguai disposto a lutar pelas forças das armas pelo fim da ditadura.

Manoel Raimundo teve a prisão decretada, em abril, e foi expulso do Exército, em junho de 1964. Para não ser preso e poder integrar-se à luta anti-ditatorial, apenas estourou o golpe, desertou seu quartel em Campo Grande, junto ao sargento Araken Galvão, também destacado no Mato Grosso. Manoel Raimundo e Araken viajaram para Juiz de Fora e, a seguir, para o Rio de Janeiro, de onde partiram, mais tarde, para o Rio Grande do Sul. Manoel Raimundo teria declarado à polícia que viajou para Porto Alegre, em 26 de janeiro de 1965, à procura de emprego, retornando ao Rio de Janeiro, em 6 de março. Em 29 de setembro, teria voltado ao Sul, sob promessa de trabalho, feita pelo sub-oficial Leony Lopes, que lhe teria igualmente apresentado Edu Rodrigues, civil pretensamente oposicionista mas, nos fatos, informante da polícia, como veremos.<sup>15</sup>

Mais de vinte sargentos teriam viajado, como Manoel Raimundo, do Rio de Janeiro para Porto Alegre, para integrar-se à resistência. Uma transferência mais do que compreensível pois, desde 1964, o Rio Grande do Sul tornara-se a principal via para alcançar ou manter contatos com o Uruguai, então centro anti-ditatorial. Em 1965, haveria mais de dois mil brasileiros refugiados naquele país.<sup>16</sup> De 1964 a 1966, o ex-governador Leonel Brizola depositou grande esperança na possibilidade de sublevar Porto Alegre e o Rio Grande do Sul apoiado em oficiais e suboficiais constitucionistas, nacionalistas e de esquerda ainda em serviço.

## **A Primeira Resposta Armada à Ditadura**

Foi precisamente do Uruguai, em 20 de março de 1965, que o coronel do Exército Jéferson Cardin de Alencar Osório e o sargento da Brigada Militar Alberi Vieira dos Santos ingressaram no Rio Grande do Sul para organizar coluna de pouco mais de vinte homens. O

---

<sup>15</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 05.09.1966.

<sup>16</sup> Cf. VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Ob.cit., p.18.

grupo armado, após tomar a cidade sulina de Três Passos, em 25 de março, dirigiu-se ao oeste do Paraná, onde, no dia 27, foi disperso, após combate desigual com as forças da ditadura. No combate morreu sargento das forças repressivas. O objetivo da coluna do Movimento Nacionalista Revolucionário, ligado a Leonel Brizola, era sublevar militares opositores, no Rio Grande do Sul e, a seguir, no Brasil.<sup>17</sup>

Em Porto Alegre, desde começos de 1965, como assinalado, o sargento Manoel Raimundo, companheiros seus do Comando Geral dos Sargentos e outros resistentes locais participaram ativamente da organização de dois levantes de quartéis da Brigada e do Exército da capital. O primeiro contaria com “entre quarenta e setenta pessoas prontas para fazer a insurreição”, “espalhadas por aparelhos em Porto Alegre”, e mais outros suboficiais que chegariam do Rio de Janeiro. O plano teria desandado devido à prisão de Araken Vaz Galvão.<sup>18</sup>

Em fevereiro-março de 1966, após o fracasso da chamada “Guerrilha de Três Passos”, um segundo projeto de levante em Porto Alegre não prosperou, devido à denúncia do plano ao comandante Osvino Ferreira Alves, um dia antes da sua eclosão, por capitão da Brigada Militar envolvido no movimento, com a prisão de oficiais, suboficiais, trabalhadores, estudantes, etc. O fracasso do segundo levante fortaleceu a proposta da organização da luta anti-ditatorial através de focos armados rurais, desejada pelos suboficiais do Exército e Marinha, à qual Leonel Brizola resistia.<sup>19</sup>

### **A Queda de Manoel Raimundo**

Às 17:35 da tarde de 11 de março, Manoel Raimundo foi preso ao entregar entre quinhentos e dois mil panfletos, possivelmente por ele escritos, com os dizeres “Abaixo a ditadura militar”, contra a chegada, naquele dia, a Porto Alegre, do general-ditador Castelo Branco, a Edu Rodrigues, um civil acagüete, em frente ao auditório Araújo Viana. Na distribuição dos manifestos estariam envolvidos funcionários da Carris, empresa pública com antiga tradição de luta sindical e política.<sup>20</sup> Conhecido pelo serviço de informação do Exército como uma das principais lideranças do movimento dos sargentos e possivelmente por seu envolvimento nos movimentos de resistência em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, Manuel

---

<sup>17</sup> Cf. CAPITANI, Avelino Biden. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Arte & Ofícios, 1977, pp. 99 *et seq.*

<sup>18</sup> Cf. COSTA, José Caldas da. *Caparaó [...]*. Ob. cit., pp. 118 *et seq.*

<sup>19</sup> Id. ib., p. 123.

<sup>20</sup> Depoimento aos autores do ex-subtenente Jelsi Rodrigues Correa colhido por telefone em 04 de maio de 2008; Depoimento aos autores do ex-sargento Araken Vaz Galvão, através de e-mail, em 06 de maio de 2008; Zero Hora, Porto Alegre, 03 e 05.09.1966; COSTA, J.C. *Caparaó [...]*. Ob. cit., p. 142.

Raimundo era uma presa valiosa para a repressão, já que, se vergado, causaria baixas duríssimas entre seus companheiros de luta e no movimento de resistência à ditadura.

A documentação conhecida assinala que, quando da sua prisão, Manoel Raimundo militava em pequeno grupo reunindo sobretudo remanescentes da “Guerrilha de Três Passos”, denominado Movimento Revolucionário 26 de Março [MR-26]. A denominação seria uma homenagem ao primeiro combate armado com a ditadura, quando da chamada “Guerrilha de Três Passos”. Praticamente toda a escassa informação disponível publicada sobre Manoel Raimundo reafirma essa militância.

Jelsi Rodrigues, companheiro de Manoel Raimundo no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, lembra que, naquele então, os suboficiais resistentes reconheciam-se sobretudo como membros do Comando Geral dos Sargentos. Quando muito, Manoel Raimundo se compreenderia como parte do Movimento Nacionalista Revolucionário, organizado sobretudo pelos suboficiais do Exército e da Marinha, em associação com Leonel Brizola e seguidores. Jelsi Rodrigues sequer tem conhecimento do MR-26.<sup>21</sup> Araken Galvão, com participação destacada na primeira tentativa de levante em Porto Alegre e um dos companheiros mais próximos de Manoel Raimundo, declarou: “Ao que eu saiba, Soares nunca militou no MR-26. Aliás, nem sei que movimento foi esse [...]”<sup>22</sup>

### **Companheiros de Farda**

Manoel Raimundo foi preso, no dia 11 de março, por dois militares à paisana, da 6ª Companhia da Polícia do Exército, Carlos Otto Bock e Nilton Aguiadas, sem qualquer determinação judiciária, ao arrepio das próprias leis então reconhecidas pela ditadura, devido à denúncia do informante Edu Rodrigues, como visto. A ordem de prisão teria partido de Darci Gomes Prange, capitão da referida companhia. Era o início do longo calvário do jovem paraense, nas mãos dos torcionários do Exército e da Polícia Política.

Manoel Raimundo foi levado em um táxi DKV verde à sede da Polícia do Exército, onde, sem delongas, sofreu as primeiras sevícias infligidas por ex-colegas de farda, o sargento Pedroso e os tenentes Nunes e Glênio Carvalho de Sousa. A seguir, foi transferido para o mais experiente Departamento de Ordem Política e Social [DOPS], no Palácio de Polícia, na avenida João Pessoa,

---

<sup>21</sup> Depoimento aos autores do ex-subtenente Jelsi Rodrigues Correa colhido por telefone em 04 de maio de 2008.

<sup>22</sup> Depoimento aos autores do ex-sargento Araken Vaz Galvão, através de e-mail, em 06 de maio de 2008.

para ser duramente torturado e espancado, por longos dias, agora pelos delegados Enir Barcelos da Silva, Itamar Fernandes de Souza, José Morsch, entre outros.

Na época, sobretudo no Rio Grande, a tortura não se transformara ainda em prática institucionalizada, sobretudo nas forças militares. O ódio acumulado por oficiais golpistas e direitistas contra o destacado líder do Comando dos Sargentos e sua importância na resistência anti-ditatorial talvez expliquem a violência com que foi interrogado. Sem qualquer resultado. Ainda hoje, os companheiros de Manoel Raimundo lembram-se emocionados da decisão com que o jovem enfrentou o interrogatório, não raro cantando o Hino Nacional e a Marselhesa, sem jamais dobrar-se, não revelando sequer um nome de companheiros e depósitos de armamentos, prontamente transferidos, após a sua queda.<sup>23</sup>

### **Depoimentos Incontornáveis**

Possivelmente a improvisação da repressão na época e a importância e galhardia de Manoel Raimundo ao enfrentar seus algozes tenham ensejado a paradoxal exposição pública das duras torturas a que foi submetido, realidade que se procurou manter sob sigilo, mesmo quando do fechamento do regime, após o Ato Institucional n.º 5, em fins de 1968. São precisas, abundantes e concordantes as declarações, sobretudo de outros presos políticos, sobre os maus-tratos sofridos pelo jovem paraense, na semana em que permaneceu no DOPS.

Em depoimento publicado no Jornal Zero Hora, de 17 de setembro de 1966, Antônio Giudice, detido no DOPS, de 10 a 15 de março de 1966, relatou “que conversou com Manoel Raimundo, vendo os hematomas e cicatrizes” “das torturas que vinha sofrendo”, pois “era diariamente, torturado, colocado várias vezes no pau-de-arara, sofrendo choques elétricos, espancado e queimado por pontas de cigarros”.<sup>24</sup> O pau-de-arara é haste de pau ou ferro, para suspender o prisioneiro durante a tortura, com os pés e as mãos amarrados para trás, de cabeça para baixo.

Aldo Alves Oliveira, funcionário da Companhia Carris, preso na DOPS desde 10 de março, testemunhou ter conhecido Manoel Raimundo, que “mostrava vários sinais de sevícias”. Na ocasião, viu, quando o ex-sargento “estava sentado no corredor” de “acesso à cela”, “sem camisa”, “as marcas de queimaduras” e sinais de violência. Tão forte fora o espancamento que

---

<sup>23</sup> Depoimento aos autores do ex-subtenente Jelsi Rodrigues Correa colhido por telefone em 04 de maio de 2008; COSTA, J.C. *Caparáó [...]*. Ob.cit., p. 14.

<sup>24</sup> Dados retirados do site [www.torturanuncamais-rj.org.br](http://www.torturanuncamais-rj.org.br). Acesso em 24 abril de 2008.

ele “não podia engolir alimentos sólidos, razão pela qual” Aldo e outros presos forneciam-lhe “alguma porção” do “leite que lhes era enviado por familiares”.<sup>25</sup>

## **As Noites e Os Dias**

Aldo Alves relatou igualmente que, durante o tempo que esteve preso, “percebia que, quase todas as noites, pela madrugada, o ex-sargento Manoel Raimundo Soares era torturado, o que podia ser comprovado pelos gritos da vítima e também pelo aspecto físico que apresentava quando era trazido de volta a sua cela e passava defronte a porta em que se encontrava o depoente [...]”.<sup>26</sup>

Também presa no DOPS em março de 1966, a advogada Élide Costa afirmou que, ao ouvir “gritos, urros de dor e ruídos de coisas que caíam”, um “agente policial” lhe explicara que “se tratava de uma festa em [um] outro andar”.<sup>27</sup> Ao deparar-se com “uns seis ou oito presos”, todos da Carris”, quando ia ao banheiro, ela contou-lhes o que passava, “e o risco que todos [eles] corriam”.<sup>28</sup>

Élide passou a noite temendo “que o mesmo poderia lhe suceder”. Temor acrescido quando, de madrugada, “viu, com os próprios olhos, um rapaz que, pelo estado de seu corpo, que estava inclinado para frente, ia sendo carregado por dois homens”. Na ocasião, “ouviu dizer” que o preso estava ferido, sangrava e se encontrava em “coma” e que “fora recolhido a uma cela fechada à chave”. Mais tarde, o ex-sargento “foi levado”, com dificuldades, “pelos presos”, até a advogada, que ouviu do mesmo chamar-se Soares.<sup>29</sup>

## **Na Ilha do Presídio**

Por não dobrar-se às exigências dos algozes, Manoel Raimundo foi torturado em forma incessante, por mais de uma semana, pelos torcionários à procura de informação sobre seus companheiros de luta e de ideal, sendo recolhido apenas em 19 de março de 1966, nove dias após sua prisão, à ilha do Presídio, no rio Guaíba, destinada desde o golpe militar também ao encarceramento de presos políticos. A ilha contaria com guarnição de mais de trinta policiais.

---

<sup>25</sup> Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005, p. 41-42.

<sup>26</sup> Loc.cit.

<sup>27</sup> Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005, p. 43.

<sup>28</sup> Loc.cit.

<sup>29</sup> Loc.cit.

A pequenina ilha do Presídio, com uns cento e cinquenta metros de comprimento por trinta a oitenta de largura, destaca-se por suas grandes pedras de granito, a pouco mais de dois quilômetros da costa de Guaíba. Conhecida inicialmente como ilha das Pedras Brancas, fora ponto estratégico de ataque-defesa de Porto Alegre na Guerra dos Farrapos. Passara a ser denominada de ilha da Pólvora, ao receber duas construções para armazenar munição, em 1857. De 1956 a 1973 e de 1980 a 1983, funcionara como presídio, o que lhe assegurou sua última denominação.

A ilha do Presídio, caracterizada pela forte umidade, era local onde os prisioneiros políticos encontravam-se relativamente protegidos das torturas policiais, devido à estreiteza das instalações, ao elevado número de detidos, às dificuldades dos inquisidores de se deslocarem até ela. Para serem interrogados, os prisioneiros eram habitualmente levados de volta a Porto Alegre, onde ficavam entregues à violência e ao arbítrio dos militares e policiais torturadores. Hoje, as instalações da ilha encontram-se abandonadas e depredadas.

Em 1966, o guarda civil Selço José Muller dos Santos permaneceu encarcerado na ilha por dez dias. Mais tarde, declarou que, na ocasião, auxiliou Manoel Raimundo a se mover “até sua cela”, pois se encontrava “bastante ferido”, com “dificuldade para locomover-se”.<sup>30</sup> À noite, Selço preparava “salmoura para passar nas costas e pernas de Manoel”, partes do corpo muito feridas devido aos espancamentos, segundo relatou o próprio Manoel.<sup>31</sup> Selço teria aconselhado ao sargento que “pusse água com açúcar” em “uma espécie de hematoma” que tinha no olho. Devido a ferimento propiciado pelo tenente Nunes durante a tortura, Manoel Raimundo perdera parcialmente a visão de um olho.<sup>32</sup>

## **Cartas do Cárcere**

Elizabeth, esposa de Manoel Raimundo, vivera com ele por algum tempo em Porto Alegre, abandonando a seguir a capital rio-grandense, para retornar a Osvaldo Cruz, no Rio de Janeiro.<sup>33</sup> Logo que pôde, Manoel Raimundo arranhou-se para retomar contato com ela através de correspondência. Em 15 de abril de 1966, em carta que chegou às mãos de sua esposa, relatava que fora preso para “averiguações”.

---

<sup>30</sup> Relatório Tovo, p. 22

<sup>31</sup> Loc.cit.

<sup>32</sup> Loc. cit.

<sup>33</sup> Cf. COSTA, J.C. *Caparaó [...]*. Ob.cit., p. 142.

Finalmente acabei sendo preso. Caí em uma cilada de um 'dedo-duro' chamado Edu e vim parar nessa ilha-presídio. Fui preso às 16.50 hs. do dia 11 de março, sexta-feira, em frente ao Auditório Araújo Viana. Fui levado para o quartel da P.E. [Polícia do Exército], onde fui 'interrogado' durante duas horas e depois fui levado para o DOPS. Estou bem. Nesta ilha [do Presídio] me recuperei do 'tratamento' policial. Até o dia em que fui preso estava dormindo em hotéis e pensões variadas.<sup>34</sup>

Manoel Raimundo seguia:

Não sei como vou me arranjar no dia em que eu for solto pois o Leo [possivelmente o já citado sargento Leony Lopes] único amigo que eu tinha em Porto Alegre, perdi o contato com ele e eu não sei o endereço. Espero que você esteja bem e que se mantenha em calma. Isto passa. Nos dias seguintes ao que eu for solto, teremos uma nova lua de mel em uma cidade bonita qualquer.<sup>35</sup>

### **No Inverno, sem Sapatos**

Manoel Raimundo pedia à esposa que enviasse, se pudesse, “algum dinheiro” através da agência de Porto Alegre do Banco Nacional de Minas Gerais, onde tinha conta, pois precisava de coisas como “aparelho de barba, um sapato 38, escova de dentes, roupa de frio e coisas de comer”. O prisioneiro lembrava ter deixado “na gaveta da mesa de cabeceira do Hotel onde dormi a última noite antes da prisão, todo o dinheiro que” tinha.<sup>36</sup> O fato de ser filho de família humilde, sem relações no Sul, dificultava a já difícil situação do prisioneiro, preocupado igualmente com a sorte de sua esposa.

Na mesma carta, Manoel Raimundo avançava sugestão para a esposa: “Você NÃO precisa vir aqui. Isto não ajudará NADA e você não conseguirá ver-me. Não permitirão.” Possivelmente temia envolvimento da esposa com a repressão. Pedia também para que ela mantivesse a “calma”, “pois, nestas horas só a calma ajuda”. Sobretudo, instruía a esposa a procurar o “o Dr. Sobral Pinto, à rua Debret nº. 39”, no Rio de Janeiro, para providenciar “pedido de *habeas* no Superior Tribunal Militar”.<sup>37</sup>

Em 5 de maio de 1966, em um momento em que o verão já se despedia do Sul, fazendo a temperatura cair rapidamente, Manoel Raimundo escreveu a quinta carta à esposa, a segunda que

<sup>34</sup> Carta de Manoel Raimundo Soares escrita à esposa em 15 de abril de 1966. In: Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005, p. 23

<sup>35</sup> Loc.cit; COSTA, J.C. *Caparaó [...]*. Ob.cit., p. 142-3; “Retrato de um sargento”. Capítulo de livro inédito “O Sargento na História do Brasil”, de Araken Vaz Galvão, gentilmente cedido pelo autor.

<sup>36</sup> Carta de Manoel Raimundo Soares escrita à esposa em 15 de abril de 1966. In: Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005. p.23; COSTA, J.C. *Caparaó [...]*. Ob.cit., p. 142-3.

<sup>37</sup> Cf. COSTA, J.C. *Caparaó [...]*. Ob.cit., p. 142-3.

ela recebia. Na correspondência, refere-se as suas condições de aprisionamento e às torturas que recebera. “Em meu corpo ficaram gravadas algumas das medalhas com o que me agraciaram. Aqui estou sem sapatos, sem roupas de frio, sem cobertas, usando unicamente uma camisa de Nylon e uma calça de lã preta. [...] Não sei bem, mas creio que estou preso à disposição do III Exército. Por isto, só um *'habeas-corporus'* do Superior Tribunal Militar poderá libertar-me.”<sup>38</sup>

## Sentimento e Esperança

A carta era igualmente momento de tentar estreitar sentimentos pela esposa fortalecidos pelo sofrimento:

Como vês o papel está acabando, por isto aproveito para lembrar-te que meu pensamento é só para ti; durante todas as horas destes últimos dias não saís do meu pensamento. O banquinho da cozinha, os beijos nos olhos, tudo aquilo que liga meu corpo a tua alma (ou espírito que é mais certo). Recebe mil beijos e um caminhão de abraços do teu Manoel.<sup>39</sup>

Manoel Raimundo permaneceu durante cinco meses na ilha do Presídio, incomunicável, privado de notícias da família e do mundo, passou fome e, certamente, muito frio, ao qual estaria pouco habituado. Nas suas primeiras cartas conhecidas, dos primeiros meses de cárcere, registra sua calma e esperanças. Pensava no futuro, fazia planos de viagem com a mulher amada. Intensificando-se o martírio e a solidão, tentou fortalecer-se centrando-se também no sentimento que nutria pela esposa.

O ex-sargento acreditava que seria posto em liberdade em pouco tempo. Na época, a instituição do *habeas corpus* ainda vigia. Não sabia que dois pedidos de libertação impetrados junto ao Superior Tribunal Militar (STM) haviam sido negados, já que, em falsas declarações, as autoridades militares e policiais afirmavam que não estava preso. Mais tarde, o Exército tentaria negar sua responsabilidade na prisão ilegal e assassinato de Manoel Raimundo afirmando que respondera ao STM que não tinha Manoel em seu poder, sem informar, logicamente, que ele fora entregue pela Polícia do Exército à DOPS. Quando o terceiro *habeas corpus* estava para ser julgado, os torturadores já haviam dado fim a sua vida.

---

<sup>38</sup> Carta de Manoel Raimundo Soares escrita à esposa em 2 de maio de 1966. In: Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005, p. 24.

<sup>39</sup> Carta de Manoel Raimundo Soares escrita à esposa em 2 de maio de 1966. In: Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005, p. 24-25.

## “Ainda estou vivo”

As duas últimas cartas que Elisabeth recebeu do marido foram escritas em 10 de julho de 1966. Na primeira, afirmava:

Ainda estou vivo. Espero de todo o coração que você tenha recebido as cartas que remeti anteriormente. Esta é a oitava. Nunca pensei que o sentimento que me une a você chegasse aos limites de uma necessidade. Nestes últimos dias, tenho sido torturado pela idéia de que estou impedido de ver teu rosto ou de beijar teus lábios. Todas as torturas físicas a que fui submetido na PE e no DOPS não me abateram. No entanto, como verdadeiras punhaladas, tortura-me, machuca, amarga, este impedimento ilegal de receber uma carta, da mulher, que hoje, mais do que nunca, é a única razão de minha vida.<sup>40</sup>

Manoel Raimundo contava:

[...] já tenho escova de dente, sabonete e até roupas e sapatos, fizeram chegar até aqui. Mas, nada disso pode aliviar a dor que me causa o fato de não poder receber cartas de minha Beta. Acredito que minha situação ainda não mudou muito. Até hoje (amanhã completam-se quatro meses), não fui ouvido em I.P.Ms. [Inquéritos Policial-Militares] e desde que mandaram-me para esta ilha não mais saí.<sup>41</sup>

Portanto, após os duros primeiros tempos de tortura na Polícia do Exército e no DOPS, o prisioneiro conheceu tranquilidade relativa na Ilha.

Mais adiante, insistia com a esposa na necessidade do pedido de *habeas corpus* perante o Superior Tribunal Militar para libertá-lo e desabafava:

Apesar do sofrimento espiritual a que estou submetido, ainda assim recomendo que você mantenha a calma. [...] Acredito que agora, você já poderia tentar visitar-me aqui em Porto Alegre. O que você acha disto? Espero que você não tenha estado em dificuldades em matéria de dinheiro. Isto seria para mim pior do que a pior coisa que pudesse me acontecer. Não podendo abraçá-la com a força do bem que te desejo, deixa que em forma espiritual, te beije ardentemente, este que é até morrer, o teu Manoel.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> Carta de Manoel Raimundo Soares escrita à esposa em 10 de julho de 1966. In: Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005, p.25.

<sup>41</sup> Loc.cit.

<sup>42</sup> Carta de Manoel Raimundo Soares escrita à esposa em 10 de julho de 1966. In: Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005, p.25-26.

## Última Carta

A segunda das duas cartas escritas por Manoel Raimundo, em 10 de julho, foi a quarta e última que a esposa recebeu. Ele iniciou com a mesma afirmação, que à leitora deveria causar alívio e esperança, mas que parece registrar a consciência do prisioneiro da ameaça sob a qual vivia: “Ainda estou vivo”. Em seguida, relatava:

A saúde que havia chegado ao meu corpo, partiu, deixando a normalidade que você tão bem conhece. Fígado, intestinos e estômago<sup>43</sup>. Espero de todo o coração que você tenha recebido as cartas anteriores. Esta é a de número nove. Penso que a estas horas você deve estar chorando. Não quero isso. A jovem senhora, valente, das respostas desconcertantes, deve agora, substituir a moça ingênua e humilde com quem tive a felicidade de casar.<sup>44</sup>

Manoel Raimundo seguiu falando de seu amor:

Nestes últimos dias tenho sido torturado pela realidade de estar impedido de ver o rosto da mulher que amo. Eu trocaria se possível fosse, a comida de oito dias, por oito minutos junto ao meu amor, ainda que fosse só para ver. Tenho uma fé inabalável de que, os adversários não conseguirão destruir nosso amor. Sei hoje, que você tinha razão, em muitas de nossas discussões sobre nosso tipo de vida.

Manoel Raimundo retomava temas passados, em seu dilacerante diálogo com a esposa distante:

Você ganhou. [...] Tudo passará. A política, a cadeia, os amigos; só uma coisa irá durar até a morte: o amor que tenho por essa mulherzinha que é hoje, a única razão de querer viver, deste presidiário. [...] Só agora avalio o que é estar junto da mulher amada. Com a tranqüilidade da certeza de que apesar de tudo ainda mereço o teu amor remeto um caminhão de beijos, com o calor dos dias mais felizes de nossa vida. Do sempre teu Manoel.<sup>45</sup>

## Novo Interrogatório

Em 13 de agosto de 1966, pouco mais de um mês depois de escrever a última carta recebida pela esposa, Manoel Raimundo foi retirado da ilha do Presídio para ser levado outra vez

---

<sup>43</sup> Manoel Raimundo sofria desses males. COSTA, J.C. *Caparaó [...]*. Ob.cit., p. 145.

<sup>44</sup> Loc. cit.

<sup>45</sup> Carta de Manoel Raimundo Soares escrita à esposa em 10 de julho de 1966. In: Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005, p. 26-27.

à DOPS, para novo interrogatório e tortura, agora sob as ordens dos tenentes coronéis Átila Rochester e Luiz Carlos Menna Barreto, chefe do DOPS. Não sabemos as razões precisas para o novo e violento inquisitório de Manoel Raimundo, após longos meses na prisão. Em depoimentos concedidos recentemente, seus companheiros de luta relatam que ele teria escrito clandestinamente também para o Superior Tribunal Militar sobre sua detenção e torturas em Porto Alegre e, com a concessão de *habeas corpus*, fora subtraído da prisão para revelar, sob tortura, os carcereiros que eventualmente teriam facilitado a correspondência clandestina.<sup>46</sup>

Em agosto de 1966, prosseguiam febrilmente os preparativos do MNR para implantar colunas combatentes em Goiás-Maranhão, no Mato Grosso, e em Caparaó, entre o Espírito Santo e Minas Gerais. Um quarto foco armado deveria nascer no norte do RS e sudoeste de Santa Catarina. Nos fatos, tratava-se de ambiciosa articulação anti-ditatorial, envolvendo argentinos, paraguaios e bolivianos. Quando a pequena coluna do MNR instalou-se no alto da serra de Caparaó, em fins de 1966, Che Guevara e seus companheiros organizavam-se também na selva da Bolívia. Manoel Raimundo participara ativamente da preparação desses movimentos, após o fracasso do segundo levante em Porto Alegre. Teria escrito até mesmo um “decálogo do guerrilheiro” para as operações.<sup>47</sup>

Há alguma divergência sobre as razões do abandono da frente armada no Brasil meridional. Flávio Tavares propõe que a desistência deveu-se à prisão, “no inverno de 1965”, do “seu subcomandante, o ex-sargento Manuel Raimundo Soares”.<sup>48</sup> Segundo a informação confirmada por Jelsi Rodrigues Correa, envolvido diretamente na iniciativa, apesar da notícia da queda, continuaram os planos para o estabelecimento do núcleo armado na serra do Mar, em Santa Catarina, inclusive com a compra de propriedade e transporte de armas. A desconfiança de camponeses com a perambulação de estranhos na região e a prisão de dois militantes, sob suspeita de assalto a banco, teriam levado ao abandono da proposta.<sup>49</sup>

Dos quatro núcleos guerrilheiros planejados pelo MNR, em associação com outras organizações clandestinas nacionais e internacionais, prosperou apenas o de Caparaó, instalado em outubro de 1966 e desbaratado em inícios de 1967, ensejando com esse tropeço o abandono de Leonel Brizola do projeto de resistência militar à ditadura, insurrecional ou guerrilheira. A seguir, o MNR dividiria-se, confluindo seus militantes em outras organizações armadas, como a

---

<sup>46</sup> Cf. COSTA, J.C. *Caparaó [...]*. Ob.cit., p. 145.

<sup>47</sup> Id.ib., 141.

<sup>48</sup> TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999, p. 195.

<sup>49</sup> Cf. COSTA, José Caldas da. *Caparaó [...]*. Ob.cit. p. 127; Depoimento do ex-subtenente Jelsi Rodrigues Correa, colhido por telefone em 04.05.2008.

Vanguarda Popular Revolucionária [VPR], a VAR-Parmares, etc., nas quais os ex-suboficiais desempenharam papel fundamental.<sup>50</sup>

### **Mãos Amarradas**

Talvez a vontade de arrancar rapidamente informações de Manoel Raimundo sobre apoios na ilha do Presídio ou sobre os atos em cursos de seus companheiros tenha levado seus torturadores a transportá-lo, na mesma noite de 13 de agosto, em um jipe do Exército, até ao rio Jacuí, para ser submetido a falsos afogamentos. Essa é uma tortura sobremaneira aterrorizadora, sobretudo quando praticada em um rio isolado, de águas revoltas e geladas, sob a ameaça de afogamento definitivo. Nos últimos anos, tal forma de tortura conheceu destaque na imprensa mundial ao ser legalizada pelas autoridades estadunidenses como recurso a ser usado pela CIA nos interrogatórios de prisioneiros políticos.<sup>51</sup>

Possivelmente jamais saberemos se Manoel Raimundo escapou inadvertidamente das mãos dos seus torcionários ou foi abandonado propositadamente às águas do Jacuí para morrer. Era habitual militares e policiais torturarem alcoolizados e drogados prisioneiros políticos. Até agora, o que sabemos de certo é que, onze dias mais tarde, Manoel Raimundo foi encontrado, morto, boiando no rio, com os pés atados e as mãos atadas.

O corpo de Manoel Raimundo Soares foi descoberto, por volta das 17 horas do dia 24 de agosto de 1966, boiando entre algumas taquaireiras, por dois moradores da ilha das Flores, próxima a Porto Alegre, que informaram rapidamente as autoridades policiais. À noite, um guarda civil compareceu ao local para recuperar o cadáver, que foi amarrado, por uma corda, e rebocado até a ilha da Pintada.

### **Morte por Afogamento**

O policial responsável pela operação de resgate declararia que o cadáver tinha “as mãos amarradas às costas pela própria camisa que vestia, sendo que as ataduras cobertas por um suéter *banlon* que a vítima trajava; os bolsos laterais das calças completamente repuxados para fora [...]; calças de cor escura; um pé calçado com um sapato marrom e outro descalço.”<sup>52</sup>

---

<sup>50</sup> Cf. CAPITANI, A. B. *A rebelião dos marinheiros*. Ob.cit., p. 101-2.

<sup>51</sup> Cf. Bush veta lei que proibia simulação de afogamento pela CIA. O Globo Online, 08.02.2008.

<sup>52</sup> Relatório Tovo, p. 3.

Na madrugada do dia 25, peritos do Instituto de Criminalística analisaram o corpo, determinando que a morte se dera por afogamento, devido à “ausência de lesões traumáticas” “aliada à conclusão do exame histopatológico, acusando a presença de elementos característicos do plâncton mineral no interior dos bronquíolos e raros elementos isilados nos alvéolos pulmonares”, o que permitia “afirmar que a vítima respirou dentro da água e que, portanto, a causa imediata da morte foi afogamento”.<sup>53</sup>

Apesar da situação do cadáver, os peritos concluíram que a vítima estaria embriagada. Destaque-se que Manoel Raimundo era abstêmio, entre outras razões, por problemas com o fígado. Entretanto, mesmo que ele se encontrasse embriagado, quando de sua morte, não significa que se houvesse embriagado. Anos após o homicídio, em processo movido pela viúva, os defensores da União alegaram o estado de embriaguez do ex-sargento. Defesa rejeitada pelo juiz, que, irônico, lembrou que “seria realmente uma façanha de Manoel Raimundo Soares: amarrar as mãos às costas, e então embriagar-se. Ou então embriagar-se e amarrar suas mãos às costas”.<sup>54</sup>

### **Acidente de Trabalho**

Após acompanhar as investigações sobre o homicídio, o promotor Paulo Cláudio Tovo propôs uma provável seqüência para os fatos:

[...] a vítima teria sido passível de ‘banho’ ou ‘caldo’, por parte dos agentes do DOPS [...], processo despótico que consiste em mergulhar o paciente nas águas do rio, quase até a asfixia, para dele extorquir a confissão [...]. Nesse ‘trabalho’ [...] realizado dentro de uma lancha – pois na época fazia frio – com a vítima segura pelos pés e o restante do corpo mergulhado na água, seus torturadores teriam-na deixado escapar, por [...] ‘acidente de trabalho’ não conseguindo mais encontrá-la [...].<sup>55</sup>

Não é de se afastar igualmente a hipótese de uma execução do prisioneiro, devido a sua negativa em fornecer as informações exigidas, para aterrorizar seus companheiros, ou por qualquer outra razão desconhecida. É também possível que Manoel Raimundo tenha morrido afogado inadvertidamente durante a tortura, sendo após lançado ao rio. O fato que os responsáveis pelos atos não tenham jamais sido levados a julgamento impede a possível elucidação da seqüência precisa do assassinato.

---

<sup>53</sup> Relatório Tovo, p. 3-4

<sup>54</sup> Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005, p. 72.

<sup>55</sup> Relatório Tovo, p. 34.

Não há sequer informação precisa sobre o dia da morte de Manoel Raimundo, ocorrida entre os dias 13 e 20 de agosto. Em data de 19 daquele mês, telegrama do STM, encaminhado primeiramente ao diretor da ilha do Presídio e, no dia seguinte, ao DOPS, pedia informações urgentes sobre Manoel Raimundo para fins de *habeas corpus*. Enquanto o DOPS permanecia em silêncio, em 20 de agosto, com outros dois indivíduos, o delegado e diretor da Divisão de Segurança Política e Social, José Morsch, entrou no necrotério do Instituto Médico Legal, à procura de cadáver de identidade ignorada.<sup>56</sup>

### **Mascarando os Fatos**

Foi em vão a tentativa do delegado José Morsch de localizar o corpo de Manoel Raimundo pois, como referido, só seria encontrado no dia 24, por moradores da ilha das Flores. Entretanto, o ato registrou o conhecimento anterior ao achado, pelas autoridades, da morte do prisioneiro político. Mesmo após o corpo ser encontrado e identificado como sendo de Manoel Raimundo, os agentes do DOPS seguiram teimando que nada sabiam sobre os acontecimentos.

Na época, havia ainda liberdade de informação relativa. Nas páginas de Zero Hora, de 2 de setembro de 1966, o jornalista e humorista Carlos Nobre comentava irônico e indignado: “O troféu bolha da semana é para o DOPS porque, segundo o delegado Delmar Kuhn, os agentes levaram o sargento Manoel Raimundo Soares para a Ilha do Presídio, dias depois ele aparece morto, boiando no rio Jacuí com as mãos atadas e o DOPS diz ignorar qualquer violência na vítima [...]”.<sup>57</sup>

Os assassinos de Manoel Raimundo tentaram mascarar os fatos, com a ajuda de alguns jornalistas de grandes meios de comunicação. Foi longamente divulgado que a morte do sargento faria parte de “trama subversiva diabólica” “para fins de propaganda anti-revolucionária”, ou seja, contra o governo ditatorial. A versão oficial dizia que ele fora posto em liberdade em 13 de agosto, apoiada em documento de soltura pretensamente assinado pelo sargento. No livro de registros de presos da Ilha, constava que Manoel Raimundo fora retirado de lá naquele dia. No livro de ocorrências do DOPS, podia-se ler: “Às 13:30 horas foi liberado por este DOPS, o

---

<sup>56</sup> Cf. Relatório Tovo, p. 32.

<sup>57</sup> VILLALOBOS, Marco Antônio. *A guerrilha do riso: Carlos Nobre x ditadura militar brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000, p. 60.

detido MANOEL RAIMUNDO SOARES.” A seguir, o documento discriminava os poucos bens pessoais devolvidos ao libertado.<sup>58</sup>

### **Acidente ou Execução?**

Na época, a proposta de libertação, em 13 de agosto, de Manoel Raimundo, foi defendida para negar a responsabilidade do Exército e da Polícia. O que sugere que a assinatura tenha sido forjada pelas autoridades, preventivamente, após o "acidente de trabalho" no rio Jacuí, talvez sob a injunção dos pedidos prementes de informação determinados pelos *habeas corpus* impetrados em favor do prisioneiro.

Entretanto, a assinatura foi autenticada pela perícia. Caso ela realmente pertencesse ao prisioneiro, se fortalece a hipótese de execução através de afogamento, realizada talvez após o ministro forçado de bebida alcoólica. Araken Galvão, ex-sargento e seu companheiros de luta, subscreve a tese do assassinato. “Aplicaram-lhe injeções de álcool nas veias para embriagá-lo – ele que nunca colocara na boca uma taça de vinho sequer – quando viram que ele não delataria ninguém [...] jogaram, depois de uma terrível sessão de torturas, ainda vivo no Rio Guaíba [...]”<sup>59</sup> Nesse caso, o único acidente teria sido o lançamento de Manoel Raimundo com os pés e as mãos amarrados, o que tirava credibilidade à tese de suicídio ou acidente devido à embriaguez. O registro da libertação teria sido medida preparatória à execução.

Manoel Raimundo não foi positivamente libertado às 13:30 horas. Em depoimento de 3 de novembro de 1966, o guarda civil Gabriel Medeiros de Albuquerque Filho afirmou que viu o ex-sargento em uma das celas do DOPS, na noite de 13 de agosto, quando prestava serviço naquele local.<sup>60</sup> Esta informação foi também confirmada pelo então estudante Luis Renato Pires de Almeida, detido à mesma época naquela prisão.<sup>61</sup>

### **Um Último Encontro**

Araken Vaz Galvão relata sobre a viagem de Elizabeth a Porto Alegre, onde chegou em 30 de agosto de 1966:

---

<sup>58</sup> Relatório Tovo, p. 25.

<sup>59</sup> “Retrato de um sargento”. Capítulo de livro inédito “O Sargento na História do Brasil”, de Araken Vaz Galvão, gentilmente cedido pelo autor.

<sup>60</sup> Cf. Relatório Tovo, p. 27.

<sup>61</sup> Dados retirados do site [www.torturanuncamais-rj.org.br](http://www.torturanuncamais-rj.org.br). Acesso em 24 abr. 2008.

Quando a notícia de sua morte chegou ao Rio [de Janeiro] eu recebia de Amadeu Felipe a missão de acompanhar Betinha até Porto Alegre e, durante a viagem, já ir preparando o seu espírito para amortecer o impacto da tragédia. Foi a mais ingrata tarefa que recebi na minha vida. Não sei, acho que só me safei bem em parte, pois a deixei, já informada, em mãos seguras na capital gaúcha.<sup>62</sup>

No necrotério, Elizabeth fez o reconhecimento do cadáver. De pequena estatura, acabrunhada pela morte, a jovem mostrou grande decisão e coragem na defesa da memória de seu esposo e na exigência do castigo dos culpados. Em entrevista à jornalista Tânia Faillace, em 2 de setembro de 1966, falou do companheiro desaparecido, da vida simples e feliz que conheceram após o rápido namoro e casamento. Ao registrar a ida quase diária ao cinema, lembrou como haviam gostado do filme italiano “Os companheiros”, de Mario Monicelli. Recordou o apreço de Manoel Raimundo pela música clássica, com destaque para Mozart e Bach.<sup>63</sup> Araken Galvão relata que, anos antes do golpe, procurando-o introduzir no gosto pela música clássica, Manoel Raimundo convidara-o “a sua casa” para que ouvisse o Bolero de Ravel, “o que ele chamou de ‘uma peça bastante simples’ que o amigo compreenderia ‘perfeitamente’”.<sup>64</sup>

Em 2 de setembro, o enterro de Manoel Raimundo foi acompanhado por pequena multidão. Por onde passava o cortejo triste, as lojas fechavam-se em sinal de homenagem ao combatente caído. Trabalhadores da Carris tomaram o caixão pela alça e carregaram-no até a Pira da Pátria, no Parque Farroupilha, onde foi exposto, por alguns momentos, ao lado da bandeira nacional, símbolo do país poderoso, justo e solidário com que o sargento sonhava. Já no cemitério, um estudante gritou para policial que vigiava à paisana o ato fúnebre: “– Assassinos!” O cadáver de Raimundo Soares foi depositado, finalmente, no Cemitério São Miguel e Almas.<sup>65</sup>

Presente à última despedida, a jovem Elizabeth Challup Soares não teve forças para acompanhar a longa marcha fúnebre, pois a “três dias não comia e quase não dormia”.<sup>66</sup> Uma semana depois, também não compareceu à missa de sétimo dia de falecimento. Por outra razão, desta vez. Em ato de vilania inusitada, após vitimarem o jovem suboficial, os esbirros da ditadura voltavam-se agora contra sua esposa, golpeada pela perda irreparável. Elisabeth fora convocada

---

<sup>62</sup> “Retrato de um sargento”. Capítulo de livro inédito “O Sargento na História do Brasil”, de Araken Vaz Galvão, gentilmente cedido pelo autor.

<sup>63</sup> Entrevista de Elizabeth Soares concedida à Tânia Faillace, Zero Hora 2.09.1966.

<sup>64</sup> Capítulo de livro inédito “O Sargento na História do Brasil”, de Araken Vaz Galvão, gentilmente cedido pelo autor.

<sup>65</sup> Dados retirados do site [www.torturanuncamais-rj.org.br](http://www.torturanuncamais-rj.org.br). Acesso em 24 abril de 2008; Zero Hora, Porto Alegre, 1 de setembro de 1966.

<sup>66</sup> Discurso do deputado Jacques D’Ornellas em 28 de maio de 1984. In: Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005, p. 59.

para depor na Secretaria de Segurança naquela data, sendo interrogada por cinco horas pelo comissário Vargas.<sup>67</sup>

## **Total Impunidade**

A Procuradoria Geral do Estado designou o promotor Paulo Cláudio Tovo para acompanhar as investigações sobre o crime. Mesmo pressionado pelo Secretário de Segurança, ele concluiu relatório em inícios de 1967, produzindo provas fundamentais. A Assembléia Legislativa do RS instaurou também comissão parlamentar de inquérito para averiguar as circunstâncias da morte e a forma como eram tratados os presos políticos, que resultou em valioso relatório publicado no Diário da Assembléia, em junho de 1967.

Divulgado por dias amplamente pelos meios de comunicação, o homicídio de Manoel Raimundo chocou profundamente a sociedade sulina e brasileira da época. A ilegalidade do ato, as torturas praticadas, a violência com que fora tratado anunciavam porém as práticas e as armas que o governo militar empregaria nos anos seguintes contra seus opositores, agora sob a proteção do amordaçamento absoluto da imprensa.

Até hoje, não houve elucidação precisa da execução de Manoel Raimundo Soares. Os responsáveis denunciados jamais foram punidos, seguindo suas carreiras encobertos e protegidos pelas autoridades civis e militares superiores, sob as ordens das quais cometeram aquelas e tantas outras violências. Sequer após a redemocratização do país, em 1985, seriam levados à Justiça.

## **Impunidade**

Em agosto de 1973, a viúva Elizabeth Chalupp Soares ajuizou ação indenizatória pelo assassinato de seu esposo contra a União, o estado do RS e alguns militares do Exército Brasileiro. Transferido da Justiça estadual para a federal, o processo tramitou por mais de trinta anos! Quando, em dezembro de 2000, a autora conseguiu sentença favorável, a União recorreu da decisão. Somente em setembro de 2005, a ação foi julgada procedente pelo Tribunal Federal Regional da 4ª Região.

---

<sup>67</sup> Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005, p. 59.

A Elizabeth foi garantido pela Justiça o direito à pensão mensal vitalícia (retroativa a 13 de agosto de 1966, relativa à remuneração integral de segundo-sargento) e ressarcimento por gastos à época com viagem, hospedagem, alimentação, funeral e luto de família. Foi-lhe determinado pagamento de indenização por dano moral. Porém, o processo criminal ajuizado foi arquivado por caducidade, garantindo a impunidade dos torcionários e executores de Manoel Raimundo.

Na obra *Segurança Nacional*, ao enumerar medidas necessárias para reduzir o poderio e privilégio dos militares na Nova República, Roberto Martins alerta para que “sejam desvendados os crimes contra os direitos humanos. Se a impunidade for mantida, muito fácil será no futuro repetir os mesmos crimes. Sem justiça, será falsa qualquer democracia implantada”.<sup>68</sup>

## Referências

ACÓRDÃO publicado no D.J.U. em 05/10/2005.

BANDEIRA, Moniz. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente. 1950-1988*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

\_\_\_\_\_. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 1961-1964*. 7 ed. rev. e ampl. Brasília: EdiUnB; Rio de Janeiro, Revan, 2001.

BUSH veta lei que proibia simulação de afogamento pela CIA. O Globo Online, 08.02.2008.

CAPITANI, Avelino Biden. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Arte & Ofícios, 1977.

CARTA de Manoel Raimundo Soares escrita à esposa em 15 de abril de 1966. In: Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005.

CARTA de Manoel Raimundo Soares escrita à esposa em 2 de maio de 1966. In: Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005.

---

<sup>68</sup> MARTINS, Roberto. *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 77-78.

CARTA de Manoel Raimundo Soares escrita à esposa em 10 de julho de 1966. In: Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005.

DADOS retirados do site [www.torturanuncamais-rj.org.br](http://www.torturanuncamais-rj.org.br). Acesso em 24 abril de 2008.

DEPOIMENTO aos autores do ex-sargento Araken Vaz Galvão, através de e-mail, em 6 de maio de 2008; “Retrato de um sargento”, capítulo do livro inédito “O Sargento na História do Brasil”, de Araken Vaz Galvão, gentilmente cedido pelo autor.

DEPOIMENTO aos autores do ex-tenente José Wilson da Silva, realizada por telefone, em 4.05.2008; cf. COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2007.

DEPOIMENTO aos autores do ex-subtenente Jelsi Rodrigues Correa colhido por telefone em 04 de maio de 2008; Depoimento aos autores do ex-sargento Araken Vaz Galvão, através de e-mail, em 06 de maio de 2008; Zero Hora, Porto Alegre, 03 e 05.09.1966.

DISCURSO do deputado Jacques D’Ornellas em 28 de maio de 1984. In: Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005.

ENTREVISTA de Elizabeth Chalupp, pela jornalista Tânia Faillace, Zero Hora, Porto Alegre, 02.09.1966.

ENTREVISTA de Elizabeth Soares concedida à Tânia Faillace, Zero Hora 2.09.1966.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FONSECA, Pedro C. D. *Vargas: o capitalismo em construção. 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989; BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MARTINS, Roberto. *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARKUN, Paulo & HAMILTON, DUDA. *1961: que as armas não falem*. São Paulo: SENAC, 2001.

“RETRATO DE UM SARGENTO”. Capítulo de livro inédito “O Sargento na História do Brasil”, de Araken Vaz Galvão, gentilmente cedido pelo autor.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. 3 ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

VILLALOBOS, Marco Antônio. *A guerrilha do riso: Carlos Nobre x ditadura militar brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

ZERO HORA, Porto Alegre, 05.09.1966.